

Título: Mulheres do Cerrado e Pantanal e o papel do extrativismo sustentável como estratégia de permanência no território

Autora: Nathalia Eberhardt Ziolkowski. Socióloga, Mestre em História das Mulheres, Técnica-pesquisadora da ECOA - Ecologia e Ação.

Cerrado e Pantanal são dois ecossistemas de grande importância para o Mato Grosso do Sul, Brasil e América do Sul, considerando suas extensões territoriais transfronteiriças e a socio biodiversidade encontrada em cada um deles.

O Pantanal, afirma a ECOA – Ecologia e Ação, organização não-governamental que trabalha nesse território há 30 anos, “guarda muito de sua biodiversidade e paisagens originais, mesmo impactado pela devastação do Cerrado e florestas de seu entorno.” (ECOA, 2016)

O Programa de Monitoramento dos Biomas Brasileiros por Satélite – PMDBBS, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, que realiza captura de imagens de satélite, apresenta do dado de 2009, afirmando que o bioma Pantanal mantém 83,07% de sua cobertura vegetal nativa. (PMDBBS, 2009)

Enquanto, para o Cerrado Brasileiro, o PMDBBS identificou, até 2009, uma área de 48,22% da vegetação desmatada neste ecossistema.

O Pantanal é um Patrimônio Natural Mundial e Reserva Mundial da Biosfera, isso significa que a maior planície alagável do mundo é considerada de fundamental importância para a humanidade e necessita ser conservado, respeitando o desenvolvimento econômico e humano em seus aspectos cultural, social e ecologicamente sustentável. Ele é formado por um mosaico de plantas do Cerrado, Floresta Amazônica, Mata Atlântica e Chaco (próprios da Bolívia e do Paraguai).

No Cerrado, que é o segundo maior bioma da América do Sul, é também conhecido pela “abundância de espécies endêmicas, abrigando aproximadamente 12.070 espécies de plantas nativas catalogadas, das quais 34,9% (4.208) são endêmicas.” (IEB, 2019). Porém, a crescente devastação de sua cobertura vegetal coloca constantemente em risco de extinção sua biodiversidade.

Toda a importância da biodiversidade desses ecossistemas deve ser somada a sua importância social também. Há muitos povos tradicionais vivendo nesses territórios, dependentes dos recursos naturais e, por isso, protegendo-os, conservando-os e contribuindo diretamente para sua manutenção.

Muitas espécies são de conhecimento desses povos como medicinas naturais e de valores nutricionais inestimáveis. Suas práticas de uso desses recursos são tão antigas quanto a presença dessas populações nesses territórios.

A primeira cidade não indígena fundada no Pantanal é de 1543 e foi fundada por Domingo Irala, sendo Salvador a terceira cidade fundada no Brasil é de 1549. (COSTA, 1999). A multiculturalidade pantaneira, somada a cerradeira, onde, de acordo com a Embrapa, vivem povos tradicionais há mais de 11 mil anos, considerando aqui os povos originários, demonstram que esses povos sabem cuidar do território e utilizar de maneira sustentável seus recursos naturais. Ao longo de todos esses séculos, foram elas/es a guardarem o patrimônio cultural e ecológico desses ecossistemas.

Seus saberes são passados de geração a geração e, apesar de a degradação e extinção de espécies da flora contribuírem para o fim de práticas de uso também tradicionais, toda a biodiversidade ainda preservada é utilizada conforme culturas ancestrais baseadas na agricultura familiar e no extrativismo. Suas técnicas históricas de uso dos recursos naturais também lhes baseiam para ‘novos’ usos destes.

Neste cenário, a ECOA desenvolve ao longo dos últimos 10 anos, projetos voltados ao fortalecimento das cadeias produtivas de frutos nativos nesses dois Ecossistemas, observando as necessidades das comunidades e seus anseios em aprimorar o fazer para alcançar condições de vida mais saudáveis e dignas.

Em um trabalho amplo desenvolvido em comunidades tradicionais, desde construção de moradias adaptadas aos eventos climáticos extremos, passando pela implementação de energia solar para comunidades, garantia de direitos básicos como acesso a saúde, educação, a questão da segurança alimentar, da geração de renda e da defesa do território são alguns dos temas intimamente ligados ao fortalecimento das cadeias produtivas de produtos não madeireiros, que são desenvolvidas majoritariamente por mulheres.

O papel protagonista das mulheres pantaneiras e cerradeiras na luta pela permanência dos povos tradicionais no território é notável e vem se desenvolvendo muito fortemente nesta última década.

Percebendo esse fato social e a importância das mulheres nessa luta, na luta por reconhecimento, a ECOA passou a desenvolver projetos voltados para apoiar o processo de empoderamento das mulheres, culminando na construção de uma rede de mulheres dos territórios e comunidades tradicionais.

Rede de Mulheres do Cerrado e Pantanal - CerraPan

A CerraPan foi consolidada em 2015, em um encontro ocorrido entre os dias 15 e 18 de dezembro, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), tratava-se da ação de um projeto chamado Rede de Mulheres Produtoras, financiado pela Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Foram 3 dias de reuniões, cursos, plenárias, conversando sobre saberes do cerrado e pantanal e os pilares da rede de mulheres produtoras, que são os grupos organizados que a compõe, Associação de Mulheres Extrativistas do Porto da Manga, Associação de Moradores de Antônio Maria Coelho, ambas sob jurisdição de Corumbá, Associação de Produtores do Assentamento Bandeirantes e Associação de Pescadores Artesanais e Isqueiros de Miranda, ambos sob jurisdição da prefeitura de Miranda e o Centro de

Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado, no Assentamento Andalucia, sob jurisdição de Nioaque.

Nesse encontro definiu-se qual seria o formato da rede, cita-se uma rede informal, não institucionalizada, cuja proposta era atuação horizontalizada entre os cinco grupos componentes que manteriam na rede um elo de fortalecimento para desenvolver a cadeia produtiva.

Para chegar a esse formato, dois anos anteriores de trabalho foram desenvolvidos, em 2014 e 2015, dentro do mesmo projeto, com apoios de instituições governamentais e não-governamentais parceiras. Foram oficinas sobre organização social, boas práticas de manejo de frutos, desenvolvimento e aperfeiçoamos de receitas, planos de negócio, o I Encontro trouxe a definição do Nome CerraPan e definição de sua atuação.

Naquele período, prefeituras demonstravam interesse em inserir os produtos na merenda escolar, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programa de incentivo a agricultura familiar, promovida pelo MDA. Também já havia procura por parte do setor de gastronomia de Campo Grande e São Paulo e do setor de cosméticos.

Para garantir a permanência no território, o aumento da renda familiar e sua autonomia, as mulheres nestas comunidades, já organizadas em grupos políticos mobilizados e fundados por elas, muitas das quais associações de mulheres que a Ecoa e a Prática Jurídica da UFMS acompanharam e apoiaram na criação, identificavam a necessidade do aprimoramento das técnicas de produção, da gestão de seus negócios comunitários e o aumento na escala artesanal de produção, envolvendo mais mulheres.

Organização das Mulheres no Território

Junto ao processo de apoio as cadeias produtivas, outros fatores devem ser observados, como o que tem acontecido nos territórios que parece importante entender e falar sobre.

Inicialmente, é importante atentar que as mulheres estão se organizando socialmente e politicamente no território. Elas tem necessidades particulares, as vezes suas necessidades são as mesmas da família, das associações mistas, outras vezes trata-se de especificidades das mulheres, como a valorização do trabalho, igualdade de renda, sobrecarga de tarefas (doméstica e fora de casa), fatos que estão sendo repensados por elas e entrando em suas pautas políticas.”

O segundo ponto relevante é o direito de fala e o poder da palavra. Poder falar, decidir e pensar por si só. O lugar que as mulheres buscam hoje é o lugar de fala. Cada uma tem uma vivência única e juntas compõe a diversidade do que é ser mulher. Por muito tempo as mulheres não ocuparam espaços de decisão nas comunidades, não ocuparam espaços públicos, tampouco na política e no mercado de trabalho. No entanto, ao longo da história, suas influências na vida de seus familiares, de outras mulheres nas comunidades contribuíram e contribuem definitivamente com a dinâmica social e política de seus lugares.

As mulheres das florestas, campos, águas e cidades, há algum tempo, entendem que uma sociedade justa é uma sociedade com igualdade entre homens e mulheres. Considerando a diversidade de gênero, é importante ressaltar que, quando se fala de mulheres neste texto, faz-se referência a mulheres cisgênero (que se identificam com o mesmo gênero de nascimento) e transgênero (que se identificam com outro gênero, que não o de nascimento). Considera-se aqui que, como se fala de sentimento de pertencimento ao território, podemos pensar o corpo também como território próprio, considerando que ser mulheres é um estado de sentimento e auto identificação, uma identidade muito além do que aponta o sexo biológico.

O terceiro se trata da autonomia econômica das mulheres, que se refere à capacidade de serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem ou a própria contribuição com a renda familiar, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo. Nesse sentido, autonomia econômica é mais que independência financeira, já que também inclui o acesso à previdência social e a serviços públicos.

O salário não é a única fonte dessa autonomia que também está ligada a formação, o acesso aos bens comuns, direito de posse da terra, direito a uma economia justa e as políticas públicas.

Em sua busca por autonomia econômica, as mulheres precisam administrar o tempo do trabalho remunerado com o trabalho doméstico, ainda relegado a elas. Outro fato que as deixa em desvantagem na busca por sua autonomia é o fato de as mulheres serem menos escolarizadas que os homens no Brasil. Também devem-se visibilizar a desigualdade salarial, mesmo ocupando a mesma função ou desenvolvendo mais funções que os homens.

A busca pela independência financeira é uma forma de fugir das violências, do não acesso aos direitos básicos, buscando uma vida digna, sem violência. Os centros produtivos nessas comunidades são locais onde as mulheres conseguem alcançar a ampliação da renda familiar, podem lutar por sua autonomia e tudo isso com foco no coletivo.

Um último e também importante elemento a ser ressaltado é a segurança alimentar. É muito observável no trabalho desenvolvido junto as comunidades a constante preocupação das mulheres que trabalham com os produtos da sociobiodiversidade em garantir uma alimentação saudável para si, para os seus e para outras pessoas de fora dos territórios e que estão interessadas em mudanças alimentares. Nesse movimento depara-se com a realidade de que os produtos naturais da não são valorizados, enfrenta-se a burocratização para chegar com eles ao mercado e percebe-se a desvalorização dos alimentos regionais e da cultura alimentar em detrimento de uma alimentação envenenada e processada, com impactos diretos na saúde e com sobrecarga para a saúde pública.

Dentro de um cenário nacional, com um recente histórico de saída do país do mapa da fome em 2014, mas perigando voltar nesse contexto atual de crises, o Cerrado e Pantanal apresenta, através desses grupos de mulheres, suas riquezas de sabores e nutricionais, manejadas e utilizá-las de forma sustentável.

Esta luta é materializada no território através da conquista de cozinhas comunitárias que foram construídas com apoios de projetos, trabalhos de aperfeiçoamento de receitas, rótulos e embalagens, inserção dos produtos em diferentes mercados e no último dia 02 de julho de 2019, a Rede de Mulheres voltou a se reunir no II Encontro de Mulheres do Cerrado e Pantanal, realizado em Campo Grande, com objetivo de repensar ações da Rede, seu funcionamento, suas pautas e a inserção de novos grupos de mulheres.

Neste momento, dois novos grupos passaram a integrar a CerraPan, A Associação de Mulheres Ribeirinhas do Porto Esperança, comunidade tradicional sob jurisdição da prefeitura de Corumbá e a Associação de Mulheres Produtoras da APA Baía Negra, sob jurisdição de Ladário.

A Rede de Mulheres CerraPan passa agora a desenvolver uma agenda de produção, uma agenda política e uma agenda de conservação, ampliando sua função social e a participação das mulheres em espaços de articulação e decisão.

Referências

COSTA, Maria de Fátima Gomes. **História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

ECO.A. **Pantanal**. Disponível em: <https://ecoa.org.br/dados-do-pantanal/> . Acesso em: 04 de julho de 2019.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL. **Qual a importância do Cerrado para a biodiversidade global?** Disponível em: <http://cepfcerrado.iieb.org.br/qual-importancia-do-cerrado-para-biodiversidade-global/> . Acesso em: 04 de julho de 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Pantanal**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/pantanal.html> . Acesso em: 04 de julho de 2019.